

## Epistemologias descoloniais do local ao global: memórias do movimento feminista

*Descolonial epistemologies from the site to the global:  
memories of the feminist movement*

*Epistemologías descoloniales del local al global:  
memorias del movimiento feminista*

Adriana Lessa Cardoso<sup>2</sup> 

Márcia Alves da Silva<sup>3</sup> 

**Resumo:** O artigo busca refletir sobre a trajetória do movimento feminista na cidade de Pelotas/RS, a partir de narrativas das mulheres precursoras, visibilizando suas experiências no ativismo político, de acordo com o referencial feminista descolonial e das epistemologias do Sul, enquanto perspectivas vinculadas à resistência dos sistemas mundial globalizado capitalista. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo e se compõe de narrativas autobiográficas. O *corpus* é originado de quatro entrevistas narrativas de mulheres sob o enfoque da participação política feminista. No procedimento de análise destacaram-se as categorias interseccionalidade e empoderamento social. Como resultados ressaltamos a importância de se conhecer e resgatar a história de construção do movimento das mulheres feministas em relação aos direitos das mulheres.

**Palavras-chave:** Feminismo descolonial. Movimento feminista. Ativismo.

**Abstract:** *The article seeks to reflect on the trajectory of the feminist movement in the city of Pelotas/RS, through the narratives of the pioneer women, making their experiences in political activism visible. According to the decolonial feminist referential and the epistemologies of the south, perspectives linked to the resistance of the globalized capitalist world systems. The methodology used is life histories and autobiographical narratives. The corpus originates from four narrative interviews of women under the focus of feminist political participation. In the analysis procedure, the categories of intersectionality and social empowerment were highlighted. As a result, we emphasize the importance of knowing and recovering the history of the construction of the feminist women's movement in relation to women's rights.*

**Keywords:** *Decolonial feminism. Feminist movement. Activism.*

**Resumen:** *El artículo busca reflexionar sobre la trayectoria del movimiento feminista en la ciudad de Pelotas/RS, por medio de narrativas de las mujeres precursoras, visibilizando sus experiencias en el activismo político. De acuerdo, con el referencial feminista descolonial y de las epistemologías del sur, perspectivas vinculadas a la resistencia de los sistemas mundial globalizado capitalista. La metodología utilizada es de las historias de vida y narrativas autobiográficas. El corpus es originado de cuatro entrevistas narrativas de mujeres bajo el enfoque de la participación política feminista. En el procedimiento de análisis se destacaron las categorías de la interseccionalidad y empoderamiento social. Como resultados resaltamos la importancia de conocer y rescatar la historia de construcción del movimiento de las mujeres feministas en relación a los derechos de las mujeres.*

**Palabras clave:** *Feminismo descolonial. Movimiento feminista. Activismo.*

<sup>1</sup> **Submetido em:** 26 dez. 2018 - **Aceito em:** 01 jul. 2019 - **Publicado em:** 29 dez. 2019

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – E-mail: adrianalessacardoso@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – E-mail: profa.marciaalves@gmail.com

## Introdução

Este artigo apresenta aspectos que fazem parte de uma pesquisa em andamento que tem sido encaminhada pelas autoras. Pretendemos, com o seguinte estudo, conhecer a trajetória do movimento feminista construído na cidade de Pelotas/RS, a partir das memórias e trajetórias de vida das mulheres que participaram e fizeram esse momento, por meio de suas experiências no ativismo político, ativismo especialmente relacionado aos direitos das mulheres. A nossa visão pode ser situada considerando as dimensões do trabalho acadêmico e do ativismo político e social dessas mulheres. Nesse sentido, encontramos semelhanças com tantas outras mulheres feministas dos “países periféricos”. Portanto, nos propomos compreender o movimento feminista do lugar em que vivemos, estabelecendo aproximações entre movimentos sociais e cientificidade, buscando construir outras epistemologias transformadoras da realidade vivida/estudada.

A pesquisa dialoga com o referencial feminista descolonial e as epistemologias do Sul por entendermos serem perspectivas que exercem resistências ao sistema-mundo globalizado capitalista. Nessas perspectivas, considera-se que a colonização produziu marcadores de identidades como a raça e o gênero num processo de dominação e exploração (CURIEL, 2007). Assim, tanto a raça quanto o gênero são expressões de controle da cultura, do trabalho, dos recursos e produtos. Há no referencial da colonialidade um reconhecimento das múltiplas relações entre continentes, com diversas e descontínuas influências culturais e políticas, sob a supremacia do eurocentrismo ocasionando a subordinação do Sul em relação ao norte (SANTOS, 2010).

De acordo com o enfoque da epistemologia descolonial, o conhecimento do lugar em que se vive pode contribuir para descolonizar os saberes e visibilizar práticas de empoderamento social, cultural e econômico. No entanto, não se trata de superar opressões individuais, ainda que elas sejam importantes, mas de construir uma comunidade de resistência contra a opressão patriarcal e eurocêntrica. Desse modo, pretendemos abordar tal contexto a partir de uma concepção local que atue de forma dialética com conjunturas maiores, propondo neste diálogo a presença de pessoas que participaram desta história.

Pelotas é um município situado ao sul do Brasil, sendo a quarta cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Sul. O município apresenta elevado índice de violência contra a mulher, se comparado a outros do mesmo estado<sup>1</sup>. Nesta caracterização, precisamos ponderar sobre outra faceta que atinge principalmente as mulheres: em pesquisa realizada por Francisco Vargas (2017), foi constatada uma grande situação de vulnerabilidade no trabalho, em que totalizaram mais de 62 mil pessoas no trabalho precário ou informal. Neste contexto, as dificuldades de uma cidade socialmente desigual levam a criação de grupos de enfrentamento, e é neste espaço social que as mulheres deste estudo se inserem.

Em Pelotas, nos anos de 1990, foram criados dois grupos constituídos por mulheres que atuavam contra a pobreza e a violência doméstica. Além disso, estes grupos tinham em comum a busca da inclusão de mulheres em cargos políticos e de tomada de decisões. Os grupos foram denominados, Grupo Autônomo de Mulheres (GAMP) e a União Brasileira de Mulheres (UBM) Pelotas. Ambos os grupos são atuantes até hoje. Também neste período

tivemos a criação do Conselho Municipal da Mulher e da Casa de Acolhida, enquanto instituições destinadas a proteger as mulheres vítimas de violência.

As colaboradoras que fizeram parte deste estudo são mulheres com mais de 60 anos atualmente e que foram indicadas por outras militantes feministas, devido ao reconhecimento social e político do trabalho realizado. A metodologia tem como base a pesquisa qualitativa, na qual realizamos entrevistas narrativas<sup>ii</sup> com mulheres que contaram suas trajetórias visando resgatar como ocorreu a organização do movimento feminista e suas participações no processo de luta por direitos das mulheres. A perspectiva metodológica se alinha com a teoria descolonial feminista por ouvir saberes que não são hegemônicos e muitas vezes ficam invisibilizados, e compreender que não existe neutralidade nas ciências sociais, portanto, não se pretende uma pesquisa apenas sobre as mulheres, mas uma práxis dialógica entre as participantes da pesquisa.

### **Em busca da descolonização cultural e epistemológica**

Importa muito aos povos colonizados a compreensão do processo histórico de colonização em suas relações de poder, fundadas no patriarcado, no racismo e na ganância capitalista. Defendemos uma educação voltada para o pensamento crítico e descolonial, que abranja as contribuições teóricas das diferentes perspectivas feministas e o reconhecimento da cultura de diferentes povos. Desse modo, qual ciência, ou melhor dizendo, qual paradigma científico pode contribuir para mudar o contexto dos diversos conflitos que a sociedade moderna industrial e colonizadora produziu historicamente?

A modernidade e o eurocentrismo tinham como pressuposto uma linha evolutiva, onde a Europa ocidental seria o civilizado, o novo mundo, assim o mais avançado da espécie, e todo o conhecimento produzido representaria o verdadeiro conhecimento, invisibilizando outras formas de produção de conhecimento. Dessa maneira, criando estruturas de poder, como, por exemplo, as instituições para homogeneizar as formas básicas de existência humana, sendo elas: a) empresa capitalista, com o controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos; b) família burguesa, no controle do sexo, seus recursos e produtos; c) Estado nação, controle da autoridade, seus recursos e produtos (QUIJANO, 2005). Essas três estruturas possuem relações hegemônicas e de interdependência, constituindo o primeiro sistema mundo global conhecido, de modo a constituir a formação e a colonização da América com elementos em comum, a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo (QUIJANO, 2005; 2010).

Ramón Grosfoguel (2016), considera o projeto de modernidade eurocêntrica como um projeto de igualdade social que se constituiu impossível, pois só se concretizou a partir do racismo/sexismo epistêmico. A relação entre colonialismo, racismo e sexismo pode ser encontrada em uma análise mais profunda em Quijano (2005; 2010), Mignolo (2008), Curiel (2007) e Mendoza (2014). O racismo e o sexismo epistêmico consistem “na inferioridade de todos os conhecimentos vindos dos seres humanos classificados como não ocidentais, não masculinos, ou heterossexuais” (GROSFOGUEL, 2016, p. 31). Segundo este autor, o projeto

eurocêntrico construiu genocídios e epistemicídios ao longo da história da humanidade. Notemos que o continente colonizador já engendrava internamente a dominação e o aniquilamento da alteridade, como exemplo citamos as mulheres que tiveram seus corpos queimados sob acusação de serem bruxas, que também intencionava apagar seus saberes orais, passados de geração para geração (FEDERICI, 2017).

Boaventura de Sousa Santos (2010), com base na crítica do eurocentrismo e da modernidade propõe um novo paradigma, tendo como base as sequências de pesquisas com sujeitos relegados pela monocultura imperialista. Assim, desenvolve a ideia de ‘epistemologias do Sul’, para compor a diversidade epistemológica do mundo. Suas propostas postulam a epistemologia como a noção ou ideia, refletida ou não, sobre condições do que conta como conhecimento válido, que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. “Diferentes tipos de relações sociais produzem diferentes epistemologias” (SANTOS, 2010, p. 16). Para o autor, o Sul é entendido metaforicamente, devido ao desafio de ser necessário reparar os danos e impactos causados pelo capitalismo e a colonização dos povos.

Nesta proposição das epistemologias do Sul, Santos (2010) desenvolveu também uma reflexão sobre o pensamento moderno ocidental, caracterizando-o como linha abissal, um sistema que produz a inexistência do ‘outro’, tendo como característica a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha, sendo uma forma de invisibilizar os saberes e os conhecimentos produzidos, apresentando uma relação de poder. Nesta epistemologia o pensamento científico foi tensionado pelos movimentos sociais, num sentido que poderíamos dizer de um conhecimento mais concreto, humano, situado e democrático.

Entretanto, para Francesca Gargallo (2004), existe uma grande dificuldade de se referir a um feminismo latino-americano como unidade teórica, coesa e homogênea. Mesmo havendo pluralidade e descontinuidades, uma forte caracterização do feminismo latino-americano pode ser ligada às lutas por liberdade política, durante as ditaduras, no momento histórico em que as pautas feministas estavam eclodindo. No Brasil, além disso, tínhamos também uma grande proliferação de atividades contra a violência de mulheres. Os movimentos não queriam mais mulheres mortas em nome da honra e da cultura patriarcal. No sentido mais teórico, as bem conhecidas ondas que classificam em fases o feminismo talvez tenham influenciado este continente, ainda que não sejam consenso e nem a única maneira de entender, ajudam a conceituar historicamente o feminismo. Sobre o feminismo, Ochy Curiel (2009, p. 1) afirma que,

Aunque como concepto el feminismo nace en la primera ola en este contexto como una propuesta que sintetiza de las luchas de las mujeres en un lugar y en un tiempo determinado, si entendemos el feminismo como toda lucha de mujeres que se oponen al patriarcado, tendríamos que construir su genealogia considerando la historia de muchas mujeres en muchos lugares-tiempos. Este es para mí uno de los principales gestos éticos y políticos de descolonización en el feminismo: retomar distintas historias, poco o casi nunca contadas.

Assim, a autora propõe uma outra história do feminismo, enfatizando a oposição ao patriarcado e as suas diferenças de pautas e mesmo visibilizando opressões advindas da colonialização e da colonialidade. Desse modo, os movimentos de mulheres latino-

americanas nos apontaram caminhos, pois num sentido convergente reivindicavam mudanças no sistema-mundo globalizado, questionando a condição de opressão ligada com as desigualdades sociais, de classe, gênero, raça e idade.

Breny Mendoza (2014) pondera que o pacto social de gênero entre homens brancos constituiu uma comunidade de interesses que excluiu as mulheres brancas. Estas não obtiveram os mesmos direitos, além do mais, perderam os direitos aos seus corpos em razão do processo de caça às bruxas. Portanto, não se beneficiaram da colonialidade do poder da mesma maneira que os homens brancos, e não esqueçamos que a opressão de gênero será intimamente relacionada com a discriminação racial.

Neste contexto, podemos propor que a perspectiva feminista descolonial é um movimento de resistência dos povos colonizados aos sistemas de dominação e exploração patriarcal, industrial e capitalista sobre os corpos das mulheres racializados. Uma condição de subalternidade que se dá nas relações de poder e na hierarquização em que se engendra a superioridade de uma cultura em relação à outra, produzindo colonialidade, que perpassa a cultura.

Segundo Marcela Lagarde y de los Rios (2015), a condição da mulher é uma criação histórica. A autora explicita as diferenças que se referem à classe social, nacionalidade, concepção de mundo, idade, costumes. Por esse ângulo, podemos ver diferentes heranças da cultura eurocêntrica. Como dissemos, o projeto eurocêntrico possui genocídios e epistemicídios, vejamos que também na história da Europa, numa época de consolidação da modernidade, época tão influente no pensamento ocidental, as identidades das mulheres foram sendo forjadas no medo e no genocídio. De acordo com Silvia Federici (2017, p. 294),

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidade [...] a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres.

Deste modo, a cultura ocidental constrói uma supremacia organizada do discurso, porém seus processos e sombras nem sempre conseguem reivindicar justiça, geralmente criam injustiças. Ideias como o feminismo mais conhecido pelas ondas têm sua origem no mundo do colonizador, no entanto, é parte destas sombras que trazem os gérmenes do descontentamento e das transformações. Ainda, Lagarde y de los Rios (2015) afirma que todas as sociedades estão estratificadas em gênero e quase todas em classes e outras categorias sociais, indicando que a diferenciação é excludente e compulsória entre homens e mulheres, e a partir desta diferenciação surgem às diferenças entre as próprias mulheres.

Neste aspecto, os feminismos descoloniais contribuem significativamente e se propõem a conhecer e analisar as especificidades das mulheres como forma histórica dos seres humanos e a diversidade das mulheres entre si. Também contribuem para desmistificar a condição natural em que as mulheres foram colocadas na sociedade, ocupando espaços de subalternidades.

## Uma breve historicidade do feminismo no continente sul

O movimento feminista na América Latina de maior expressividade ocorreu a partir dos anos 1970, no período da ditadura militar, caracterizado pela defesa da democracia e resistência de esquerda. Nesta época, aconteceu forte influência da Guerra Fria, período no qual os Estados Unidos financiaram ditaduras nos países da América do sul. No Brasil, o movimento feminista se destacou neste mesmo período, ainda que exista registro de movimentos confluentes ao feminismo, porém não se denominavam propriamente feministas. São exemplos os movimentos sufragistas e anarquistas. Além destes movimentos mais pontuais, aconteceram mobilizações realizadas por mulheres trabalhadoras de fábricas em São Paulo, durante os anos 1930 (SARTI, 2004). Todos esses movimentos foram influenciados pelas experiências europeias e norte-americanas, com a especificidade de contestação ao golpe militar iniciado em 1964. Segundo Céli Jardim Pinto (2003) e Cynthia Andersen Sarti (2004), os grupos de mulheres deste período estavam articulados com organizações clandestinas de esquerda, com o principal objetivo de fazer oposição ao governo vigente.

6

Neste período de luta por democracia, também estavam presentes outras pautas tendo como principais reivindicações feministas o direito ao corpo, à liberdade sexual e ao trabalho igualitário, que foram influenciadas pela efervescência cultural de maio de 1968. Década na qual o país se modernizava com o acesso aos métodos contraceptivos e popularização dos meios de comunicação. Mudava o padrão afetivo e sexual, principalmente de mulheres de classe média, promovendo avanços nos padrões tradicionais da família. Sarti (2004), considera que o reconhecimento oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a questão da mulher, como um problema social, deu visibilidade à causa e propiciou a criação de vários grupos de mulheres que antes se reuniam na clandestinidade. No início, o movimento feminista possuía maior adesão pelas mulheres de classe média. Poderíamos dizer que era um movimento de mulheres praticamente sem problemas econômicos e de escolarização que aos poucos se expandiu por meio da articulação e organizações de bairros com mulheres das classes populares (PINTO, 2003; SARTI, 2004).

Foi nos anos de 1980, segundo Sarti (2004), que o feminismo brasileiro teve influência principalmente das mulheres que retornaram do exílio da Europa. Novas pautas se apresentavam, como, por exemplo, as relações de gênero. Tinham-se novos grupos, inseridos principalmente em associações sindicais e partidos políticos. Também podemos observar, neste período, uma atuação mais especializada e institucionalizada. Nesta década ocorre a eclosão de diversas frentes feministas, como a pesquisa acadêmica, a popularização do tema no mercado editorial, também foram criadas Organizações Não Governamentais (ONGs) e no plano governamental criavam-se os Conselhos da Mulher.

O movimento feminista na cidade de Pelotas emerge neste período, porém ganha mais visibilidade e concretude um pouco mais tarde, nos anos de 1990, quando se inicia um ativismo feminista mais organizado e institucionalizado. O fato desencadeador foi um caso de feminicídio local, que na época ainda chamava-se homicídio, de uma jovem universitária,

morta pelo seu ex-namorado. O fato gerou uma grande comoção na cidade e o crime foi muito divulgado pelos meios de comunicação.

Neste momento de indignação algumas mulheres que militavam em espaços como partidos políticos, sindicatos e nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica se mobilizaram contra os silêncios e leniências dos julgamentos nos casos de homicídios e “violência contra as mulheres”. Essa indignação deu origem à criação da primeira ONG na cidade em 1992, denominada GAMP, que se constituiu numa organização não-governamental voltada a combater a violência doméstica, promover os direitos das mulheres, combater diferentes formas de discriminação, preconceitos e opressão e, principalmente, tratar da violência histórica e cultural. Atuando em colaboração, mas com algumas diferenças com as pautas do GAMP, foi criada a UBM-Pelotas<sup>iii</sup>, que desenvolvia ações mais no campo político contra as opressões de gênero numa perspectiva emancipatória e transformadora da sociedade, nas lutas por seus direitos na constituinte, pela liberdade e democracia, assim buscando a inserção de mulheres em todos os espaços sociais. A UBM tinha sua atuação mais próxima de partidos políticos de esquerda que lutavam contra a ditadura militar.

7

Neste início do movimento feminista, em Pelotas, também ocorreu a eleição de uma mulher para atuar como vereadora no legislativo local, militante do Partido dos Trabalhadores. Após muito tempo sem a presença de uma mulher na Câmara de Vereadores, as suas ações legislativas contribuíram na criação da lei que instaurou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pelotas. A seguir foi criada a Delegacia da Mulher e também um albergue para acolher mulheres em situação de risco, conhecido por “Casa de Acolhida Luciety”, em homenagem à mulher assassinada na ocasião que gerou a mobilização citada anteriormente.

Na esteira destes avanços, foi criada a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, vinculada à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, onde atualmente funcionam a Patrulha Maria da Penha/Brigada Militar, a Escuta Lilás (que é uma linha telefônica de atendimento para mulheres), com o apoio do Centro de Referência da Mulher, da Defensoria Pública do Estado e do Instituto Geral de Perícia (IGP).

Diante desse breve contexto histórico da organização estrutural do movimento feminista de Pelotas, nos anos de 1990, entendemos que precisamos ouvir as narrativas das mulheres que trilharam e construíram essa rede de ativismo, e como elas percebem suas trajetórias sobre a construção do movimento feminista. Por ser um movimento de abrangência continental e em relação com o local e o global, optamos pelas epistemologias do Sul como uma sistematização representativa da perspectiva descolonial feminista, que possibilita visibilizar práticas que, muitas vezes, ficam sufocadas por “grandes narrativas eurocêntricas”.

## **Escolhas, vínculos e construções epistemológicas e metodológicas**

Investigar a partir da perspectiva feminista descolonial implica ser sensível ao outro, à complexidade e ao contexto social em que se vive, buscar uma valorização do lugar em

relação ao global, ouvir as histórias de vida. Portanto, investigar sobre mulheres que se posicionaram a favor do ativismo feminista implica posicionamentos políticos e éticos. Neste sentido, optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa com ênfase nas entrevistas narrativas. A entrevista narrativa, “tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado, [...] a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 93). Também precisamos ficar atentas para o que aponta Edla Eggert (2012) que afirma que, quando pesquisamos outras mulheres, identificamos pontos que nos levam invariavelmente a pensar em nós mesmas, além de também desencadearmos questões nas mulheres pesquisadas.

Delory-Momberger (2012) destaca a singularidade da pesquisa biográfica, na qual consiste em perceber a relação singular das pessoas com sua própria atividade biográfica, com o mundo histórico e social e em estudar as formas construídas que as pessoas dão à sua experiência. A autora também destaca a característica temporal presente nas biografias que se situa na origem de uma elaboração peculiar das experiências vividas. Constrói o que denomina de “biografização”, que ressalta o caráter processual da atividade biográfica e considera as diversas operações mentais e comportamentais pelas quais as pessoas inscrevem suas experiências em esquemas temporais orientados e finalizados. Trata-se de todo um processo de elaboração das experiências, que são individuais, mas ao mesmo tempo coletivas, pois estão encharcadas de representações sociais, que demonstram aspectos diversos e comuns a muitas pessoas e/ou grupos, frutos de uma determinada cultura.

O conjunto de narrativas que apresentamos nesta escrita foi constituído por meio de entrevistas narrativas individuais, com quatro mulheres que atuaram politicamente nos anos 1980 e que, atualmente, possuem mais de 60 anos de idade. Essas mulheres participaram de espaços institucionalizados de militância como Conselho Municipal da Mulher, GAMP, UBM ou sindicatos. Todas as colaboradoras auxiliaram de alguma maneira a construir a história do movimento feminista em Pelotas, com sua militância e forte atuação política. Optamos pelo uso de nomes fictícios para preservar suas identidades e os momentos mais íntimos que elas compartilharam. As próprias colaboradoras escolheram seus nomes fictícios.

A construção epistemológica dos processos de investigação pretendeu questionar os saberes hegemônicos que se inventam e reinventam no meio dos movimentos sociais, estes por serem coletivos dinâmicos e plurais passam a se repensar constantemente, se aliando ao paradigma das epistemologias do Sul. Ao criar sentidos abertos, incertos, contudo compartilhados, buscamos visibilizar grupos sociais e “vozes” que foram negados pela modernidade. No caso específico, mulheres ativistas de uma cidade do interior, suas linguagens e culturas. Esta nova perspectiva sugere criar condições de emancipações sociais concretas para grupos existentes. Um tipo de transformação social que dê valor às práticas substanciais e às ações educativas cotidianas que envolvam as pessoas de diferentes culturas e valores.

## Experiências feministas e empoderamento

Em meio a tantas mulheres que participaram na construção do movimento feminista em Pelotas, optamos por colaboradoras que desenvolveram ações para melhorar a condição social, política, econômica, promovendo o empoderamento de si e de outras mulheres, combatendo as discriminações, preconceitos e as desigualdades estruturais de gênero, raça, classe, idade e outros marcadores identitários, forjados na modernidade para subalternizar.

A partir da narrativa de quatro mulheres, identificadas na pesquisa pelos nomes de Sofia, Ana, Rosa e Maria, em suas trajetórias buscamos compreender a trajetória do movimento feminista na cidade. Percebemos que o início do ativismo aconteceu de diferentes formas para cada uma delas e, claro, suas histórias de vida apresentam suas particularidades. As colaboradoras diferem em relação à raça, escolaridade e classe econômica, o que não impediu de se aproximarem em alguns momentos de militância para buscar sucesso em suas pautas. Atuaram em sua geração no contexto histórico do país, marcado por altos índices de violências de gênero, raça, pobreza, entre outros problemas decorrentes da exclusão social. Acrescenta-se a isso, que todas compartilham a condição de mulheres trabalhadoras não satisfeitas com o *status quo*, tendo buscado no ativismo político e feminista a transformação social.

Lagarde y de los Rios (2015) aponta a categoria mulher como produto de sua própria diferenciação, mas enquanto gênero compartilha a mesma condição histórica de opressão patriarcal. A autora nos indica a pensar, por meio das narrativas, que o que aproximam essas mulheres na luta contra as desigualdades e os preconceitos é a luta pelos direitos das mulheres, pois suas trajetórias de vida são diferentes.

Maria teve sua participação ativista vinculada aos movimentos estudantis e filiação partidária. Atualmente é professora universitária e continua militando no mesmo partido político. Já Ana foi professora do ensino básico do estado e participa ativamente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e no sindicato das/os professoras/es (CPERGS), também dedicou-se à política partidária e atualmente está aposentada da docência. Sofia é funcionária pública aposentada, trabalhou como assistente social em diversas cidades do estado, principalmente com jovens em situação de vulnerabilidade social e, assim como Ana, participa das CEBs.

A respeito de Rosa, precisamos destacar que entre todas as colaboradoras, foi a que mais sofreu os efeitos da interseccionalidade entre diversos marcadores sociais aliados à perspectiva de gênero. Morou numa comunidade quilombola da região de Pelotas, tendo ingressado na escola formal apenas aos 11 anos de idade. Sentiu os preconceitos institucionais da ausência da alfabetização na “idade certa”. Ela se descreve como sendo mulher negra, trabalhadora doméstica, sindicalista e pobre. Não se define como vítima, mas como mulher que lutou e ainda luta para valorizar seus espaços de trabalho.

Ao pensarmos no grupo estudado, a identidade de Rosa como mulher negra e pobre destaca os marcadores da tripla opressão: gênero, classe e raça. Neste sentido, Curiel (2007), destaca a importância do feminismo negro para repensar práticas feministas que

desconsideram a tripla opressão. Sobre os aspectos comuns ao grupo, em que pese a tripla opressão como diferença, Rosa potencializou o movimento feminista em que atuava, ao experienciar a interseccionalidade, pois Collins (2017) entende que raça e gênero não podem ser compreendidos separadamente, tanto nas análises acadêmicas como no movimento social. Curiel (2007) aponta que o racismo, o sexismo e a classe social afetam as mulheres de diferentes maneiras. Sob esta perspectiva, Rosa ao afirmar sua identidade racializada questiona os fundamentos do feminismo branco e liberal.

De acordo com as narrativas, podemos inferir que todas, apesar das diferenças culturais e de raça, sofreram algum tipo de discriminação de gênero, desde dificuldade de sentirem-se seguras para se manifestar em público devido ao que ficariam expostas, até por suas tomadas de decisões pessoais como, por exemplo, optar por não exercer a maternidade ou mesmo manter uma relação afetiva com um parceiro, considerando que reconhecem a existência de uma cobrança social pelo modelo de família “tradicional”, entre outras formas de opressão que são cotidianas, grosseiras ou sutilmente impostas para mulheres, mesmo as que subvertem o patriarcado. Tal situação se deve ao patriarcado, às concepções binárias e determinações de gênero. Lagarde y de los Rios (2015) considera que as mulheres vivem em cativeiros sociais, impostos pelo sistema patriarcal, desprovidas de poder, subalternizadas pela construção histórica da categoria mulher.

Assim, entendemos que as tomadas de consciência das opressões estruturais sofridas por estas mulheres, contribuíram para uma prática coerente e podemos dizer que as colaboradoras ao propiciarem espaços de empoderamento, constituem uma transformação individual e coletiva. Joice Berth (2018), salienta a importância do empoderamento social. Para a autora, o empoderamento das mulheres desafia relações familiares patriarcais e, para não retroceder, é necessário estar em espaços democráticos e participativos, como as organizações das mulheres, o que permite gerar visões alternativas. Nesse sentido, é importante destacar que trata-se de um conceito complexo, pois visa a formação de consciência crítica, e movimento para despertar potencialidades que definirão como atuar na sociedade e fazer enfrentamentos.

Ao refletir sobre sua negritude, sua classe social e sua condição de mulher, Rosa percebe a importância da condição de mulher negra e pobre, quando afirma que

Eu comecei a tomar consciência de negritude, conheci a associação das empregadas domésticas, isso tudo foi em 1987, a militância com o trabalho doméstico e movimento negro. [...] Foi junto, consciência de negritude, pô é uma luta assim, eu tomei consciência de raça e classe, raça e classe porque o que que é, uma raça e uma classe trabalhadora doméstica, mulher negra, pobre, trabalhadora doméstica, aquele monte de discriminação em cima, eu comecei a me dar conta, pô eu não fui no colégio (Rosa, 2017).

Das quatro narrativas, a da Rosa é a que mais mostra o caráter de tomada de consciência. Entendemos que tal narrativa se expressa pela interseccionalidade, portanto é mais potente nas expressões, que a cada período da vida pode retomar sua condição de opressão e discriminação de classe, gênero e raça. Seu ativismo também tem a marca identitária de valorizar a profissão das empregadas domésticas, buscando os direitos trabalhistas e atuando na autoestima de mulheres negras. Autoestima que, historicamente, foi

distorcida de forma negativa e agressiva, permanecendo na nossa cultura em forma de colonialidade de poder.

A luta individual para mim é um pouco sem valor, eu gosto de lutas de um bem coletivo, eu acho que a feminista que eu reconheço em mim é isso, é de ver um coletivo feliz e não massa de manobra, ser massa de manobra de não falar só porque vai gerar polêmica, se eu não puder dar explicação para uma polêmica, até posso ficar quieta, mas se eu puder eu vou em frente, eu falo, eu vou tentar, ver o que é possível fazer (Rosa, 2017).

Podemos inferir que, para as mulheres deste estudo, as conquistas foram possíveis por estarem com outras mulheres, discutindo em espaços coletivos de resistência e de governança. Desse modo, aos poucos tornaram-se mais empoderadas e, sobretudo, possibilitaram um empoderamento na prática, ao despertar de suas limitações impostas pela sociedade patriarcal.

Ana menciona, em sua narrativa, os enfrentamentos para superar o patriarcado e poder atuar em um sindicato. O sindicato, no entanto, apesar de ser um espaço democrático e de diálogo, sempre foi marginalizado.

Nessa libertação, a gente tem que se libertar, se chamar de sindicalista na época era um palavrão, na época a gente vinha daquela história da ditadura, a gente vinha daquela história toda e nos libertar de tudo isso (sobre filhos/as) todas essas amarras que a gente tinha com relação à mulher, principalmente educação porque a minha geração, por exemplo, só podia trabalhar na educação, claro que na minha geração já havia outras mulheres livres da questão patriarcal, que massacrou a nossa geração, mas já nós demos uns passos na libertação feminista que tinha todas aquelas lideranças internacionais e a gente começou a se inspirar nesse processo (Ana, 2017).

As conquistas são reafirmadas por Ana, tanto percebendo os avanços no mundo, como também em suas atuações mais locais, tensionando a linha abissal, e propondo transformações mais diretas em relação ao trabalho e às mulheres (SANTOS, 2010). A importância de outras mulheres no movimento é bem destacada por Maria. Assim, percebemos que os espaços de coletividade foram potentes para enfrentar as discriminações de gênero.

[...] nós temos conquistas aqui em Pelotas importantíssimas graças ao movimento de mulheres, graça a pessoas como a Z., como a E. C., a M., várias dessas meninas, a V., têm várias conquistas, J. que participava do GAMP, conquistas que são importantíssimas, tu ter um centro de atendimento para mulheres vítimas de violência é importante, tudo são coisas que foram da luta das mulheres (Maria, 2017).

Também podemos observar que as colaboradoras reconhecem o protagonismo de várias outras mulheres na construção do movimento feminista em Pelotas e que, cada uma a sua maneira e leitura de mundo contribuíram, considerando que o movimento necessita de muitas frentes de atuação. Não obstante, além desta atuação mais viva e atitudinal, existem trabalhos menos visíveis. Sofia, além de participar de manifestações políticas, faz um importante trabalho de organização documental.

Prefiro ficar mais atrás das cortinas, sou muito organizada, né? Então prefiro a organização de documentos e atas, tenho tudo organizado por data, e acho que isso é muito importante, se precisamos comprovar alguma coisa tenho os registros. Também fizemos um texto para quem vai na mídia dar entrevista sobre o conselho, organizamos nossas ações para poder ser divulgada, mas prefiro não falar em público, sempre fui mais discreta (Sofia, 2018).

A sistematização destes documentos permite ter uma compreensão mais profunda e conferir concretude ao movimento e suas instituições. Sofia demonstra a necessidade de se ter essas experiências sistematizadas para compartilhar com outros grupos de mulheres, sobre os entraves e avanços de suas atuações. Desse modo, contribui para que novas gerações de feministas e pesquisas tenham meios de resgatar as práticas e ações realizadas.

Como já mencionado, estas mulheres em vários momentos estiveram juntas, evidenciando uma influência coletiva sobre o empoderamento solidário e a atuação na emancipação social. Em uma leitura mais sistêmica das narrativas podemos perceber que estar juntas compartilhando seus saberes e suas preocupações, com as discriminações e exclusão social, possibilitou a criação de alguns espaços de empoderamento e não de assistencialismo. Para além de ações pontuais, também discutiram e aprofundaram sobre temas “tabus”, como casamento, aborto, maternidade, divisão sexual do trabalho numa perspectiva progressista e de transformação da sociedade patriarcal.

De acordo com Lagarde y de los Rios (2015), a autonomia e a afirmação de gênero são requisitos para a construção do que denominou de sororidade<sup>iv</sup>, que não é uma relação dada, natural, mas construída, sendo necessária a educação para desenvolver empatia de gênero. Examinando as narrativas podemos concluir sobre o valor fundamental da sororidade, não só entre o grupo (enquanto mulheres de luta), mas também com outras mulheres que muito precisam de apoio. Conhecer o exemplo das experiências sociais e, deste modo, estar juntas por um ideal maior. Mesmo que pareça ser concretizado em pequenas ações, possibilitam uma transformação do paradigma tradicional e a valorização de outras epistemologias.

## **Movimento de mulheres e empoderamento descolonial: considerações finais**

Estas mulheres que, em parceria com outras, construíram a história do movimento feminista na cidade pesquisada, permanecem atuantes no ativismo e participando em instituições como sindicatos, ONGs, e também grupos autônomos. Nestas associações, buscam fazer relações das suas trajetórias e experiências com a atualidade. Percebemos nas narrativas uma elaboração um tanto distanciada sobre as suas vidas privadas, servindo apenas como pano de fundo para valorizar os acontecimentos públicos relacionando-os aos movimentos estudantis, sociais e sindicais.

Na convergência de sentidos das suas participações no estudo, avaliam que o movimento feminista ao mesmo tempo em que avançou em algumas pautas, em outras ainda continua estagnado. Como principal avanço apontaram o crescimento das mobilizações por

meio das redes sociais e a permanência de problemas básicos, como a luta contra a violência doméstica, valorização e equiparação do trabalho.

Destacamos a importância de se conhecer e registrar a construção do movimento feminista a partir das memórias das mulheres que participaram ativamente dessa trajetória no município de Pelotas. Temos como pressuposto epistemológico a perspectiva feminista descolonial, por sermos mulheres latino-americanas e precisarmos visibilizar nossas práticas de ativismo e pesquisas, saberes estes que antes eram usurpados pelo modelo eurocêntrico. Se a modernidade tem como projeto a hegemonia dos saberes culturais, pensamos no feminismo descolonial para praticar um movimento de resistência ao contar a história a partir das narrativas de mulheres trabalhadoras e ativistas, mulheres que se relacionam com a cidade, usam transporte público, conversam com outras mulheres, entendem que lutar por um mundo melhor é necessário.

O ativismo como projeto de vida e prática social não é fácil, ainda mais em um país com tantas desigualdades de raça, gênero, classe social, idade, entre outros marcadores de exclusão, em que às vezes nem sabemos por onde ir, mas seguimos em frente atuando aqui, ali e acolá. Por isso, entendemos que as narrativas de Maria, Sofia, Rosa e Ana são potentes, pois resgatam alguns caminhos já trilhados, como, por exemplo, o empoderamento como percepção de si e das outras mulheres. Para elas, a construção da mulher ativista e feminista aconteceu aos poucos, foi se potencializando, principalmente com as transformações sociais e entendimento de suas existências e a própria diferença entre as mulheres. Deste modo, olham para suas famílias, mães, irmãs e filhas/os, fazem comparações entre passado, presente e futuro, acreditam que são possíveis as transformações. Elas construíram e abriram alguns espaços de encontro entre noções locais e globais para discutir sobre a condição da mulher na sociedade, onde ainda atuam fortemente contra o machismo e o patriarcado.

Entendemos que o empoderamento coletivo se tornou uma categoria importante para dialogar com as narrativas, pois as colaboradoras por meio do ativismo trabalham com mulheres em situação de vulnerabilidade social e emocional. Outro aspecto a se destacar, é que as colaboradoras contrariam a expectativa moderna, em que apenas as/os jovens e adultos/as em condições laborais são ouvidas; ao contrário deste preconceito, elas são mulheres com mais de 60 anos e permanecem atuantes na sociedade. O que vem a confirmar que empoderamento produz um pensamento-ação menos subserviente ao sistema mundo capitalista neoliberal, possibilitando outras formas de produção econômica, reconhecendo o lugar que produz as ações globais e vice-versa e valoriza a diversidade cultural, as identidades de classe, raça, gênero e orientação sexual.

Concluimos que ainda temos muito para lutar e despatriarcalizar as instituições e a cultura. Corroboramos com o pensamento de Lagarde y de los Rios (2015), na qual a influência cultural do feminismo possibilita reunir mulheres em torno de uma causa maior, que contemple a luta por direitos e equidade. Desta forma, propomos que o ativismo destas mulheres constituiu-se como empoderamento, aqui entendido não como um termo retórico, mas ação prática e relevante tornando-se instrumento de transformação social. Apesar das diferenças interseccionais, a influência do convívio e a união entre o grupo, permitiu a abertura de portas que provavelmente não se fecharão, atestado pelas instituições e

organizações e reconhecimento social sobre o trabalho desenvolvido. Neste aspecto, os feminismos descoloniais contribuem significativamente para conhecer as especificidades das mulheres em sua historicidade, na diversidade e na mobilização para transformação social.

Como afirmamos antes, o pensamento descolonial aponta para a necessária construção de uma outra epistemologia, que incorpore conhecimentos e saberes de grupos e culturas latino-americanas, denunciando o apagamento historicamente instituído por uma epistemologia do norte global. Essa investigação que encaminhamos com mulheres idosas feministas procura dar uma contribuição para a construção dessa outra epistemologia, que aponte para um processo de construção de uma ciência feminista latino-americana. Com esse intuito, torna-se fundamental que consigamos resgatar a historicidade do feminismo local, articulado ao contexto nacional.

Esse resgate poderia ser feito com o uso de documentos, mas o que nos interessou foi resgatar as trajetórias de vida de mulheres que exerceram atividades muitas vezes não permitidas às mulheres da época. São histórias vivas de mulheres que ultrapassaram muitas barreiras, de diversas ordens, para poderem exercer o direito da militância política. Pensamos que essas histórias possam reforçar a importância e as estratégias de luta do movimento atual. Não podemos planejar o amanhã sem olharmos atentamente para as experiências do passado, como forma de descolonizar tanto a ciência como o movimento feminista.

## Referências

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2017.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Revista Nómadas**. Bogotá, Colombia, n. 26, p. 92-101, abr. 2007.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. *In*: Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista. **Anais...** Buenos Aires, Argentina, Junio 2009.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 523-536, set./dez. 2012.

EGGERT, Edla. Artesãs, histórias de vida e fios criadores: quando o biográfico e o autobiográfico se encontram. *In*: EGGERT, Edla; FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt (org.). **Gênero, geração, infância, juventude e família**. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 57-69.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GARGALLO, Francesca. **Las ideas feministas latinoamericanas**. 1 ed. México: Ediciones fem-e-libros, 2004.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 90-113.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 2 ed. México: Siglo XXI Editores, 2015.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNÓZ, Karina Ochoa (org.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 91-103.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, maio/ago. 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Tradução de Tomás da Costa. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. Mercado de trabalho, desigualdades e observação da realidade social. **Observatório Social do Trabalho**. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – UFPel. Pelotas: RS, 08 mar. 2017.

## Notas

<sup>i</sup> Ver dados na página da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 13 out. 2018.

<sup>ii</sup> De acordo com Rosenthal (2014), as entrevistas narrativas possibilitam às colaboradoras da pesquisa maior liberdade para articular suas próprias experiências”.

<sup>iii</sup> Ver a história da UBM em: <https://ubmpelotas.blogspot.com/>. Acesso em: 13 out. 2018.

<sup>iv</sup> Sororidade entendido pelas feministas como principal aspecto da dimensão política e ética da igualdade entre os gêneros, evitando julgamentos e preconceitos entre as próprias mulheres, assim quebrando estereótipos preconceituosos machistas e patriarcais.

